



**Governo do Estado de Mato Grosso**  
**SEMA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente**  
**GSEMA - Gabinete da Secretária**  
**CEPESCA - Conselho Estadual de Pesca**

**ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE PESCA – CEPESCA**

1  
2  
3  
4 Aos dez dias de outubro do ano de dois mil e dezenove, às 08h 30 min no Auditório da Escola  
5 Superior de Advocacia/OAB/MT ocorreu a 5ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Pesca  
6 – CEPESCA, com a seguinte pauta: 1) Abertura da reunião, discussão e aprovação da ata da 4ª  
7 Reunião Ordinária, ocorrida no dia 08 de agosto de 2019; 2) Informes; 3) Esclarecimentos  
8 sobre a Comercialização de Animais Aquáticos pela representante da Coordenadoria de Defesa  
9 Sanitária Animal do INDEA/MT, Flávia Metello de Figueiredo; 4) Apresentação sobre “25 Anos  
10 do Sistema de Controle da Pesca de MS” pelo representante da EMBRAPA Pantanal, Agostinho  
11 Carlos Catella; 5) Apresentação sobre necessidade de elaboração de “Termo de Referência de  
12 Consulta Prévia e Informada” e o “Plano para Gestão de Riscos de Desastres ao Patrimônio  
13 Cultural”, referentes as pescas artesanal, tradicional e de subsistência na Bacia do Alto  
14 Paraguai e Sub-Bacia do rio Juruena – rio Arinos, nos processos de licenciamento ambiental de  
15 empreendimentos hidrelétricos – Associação Xaraiés; 6) Assuntos Gerais e Encerramento. A  
16 reunião foi presidida pelo Secretário Executivo Adjunto de Meio Ambiente, Sr. Alex Sandro  
17 Antônio Marega. A reunião contou com a presença dos seguintes representantes institucionais  
18 do Conselho: Sr. Moacyr Bento Ribeiro de Carvalho (Colônia Z 11), representante da Bacia  
19 Paraguai; Srª. Julita Burko Duleba, representante da Bacia Amazônica-Colônia Z 16; Srs.  
20 Belmiro Lopes de Miranda (Federação dos Pescadores) e Carlos Alberto Arruda (SEAF/MT),  
21 representantes do CONSEMA; Srs. Luciano Pereira da Silva e Vívian Lara Cáceres Dan,  
22 representantes da Associação Xaraiés; Sr. Clodomir Ceolatto, representante do setor  
23 empresarial de turismo de pesca – Bacia Paraguai (ASATEC); Sr. Tarso Ricardo Lopes,  
24 representante do seguimento de turismo de pesca Bacia Araguaia; Sr. Bathilde Jorge Moraes  
25 Abdalla, representante da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico/Turismo; Sr.  
26 Ivan Lopes Dias, representante da Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer; Sr. Ricardo  
27 da Costa Carvalho, representante da OPAN; Srª. Lúcia Aparecida de Fátima Mateus,  
28 representante da UFMT; Sr. Eloísio Nunes Miranda, representante do IBAMA; Sr. Cláudio Cesar  
29 Muniz, representante da UNEMAT; Srª. Luciana Ferraz, representante do FONASC-CBH; Sr.  
30 Marcelo Caetano Vacchiano, representante do MPE. A Secretaria Executiva recebeu as  
31 justificativas de ausência dos seguintes Conselheiros: Srªs. Adriana Macedo Rodrigues e Hellen  
32 Cristina Moya Araújo (MAPA/DAP-MT); Jeandra dos Santos Barbosa (Colônia de Pescadores Z  
33 09 – Bacia Araguaia); Srs. Luiz Augusto Moreira Amaral e Ivan Freitas da Costa (ARPAN).  
34 Estiveram presentes também participantes ouvintes, conforme lista de presença da reunião,  
35 arquivada na Secretaria Executiva do CEPESCA, sendo registrado os que se manifestaram: Sr.  
36 Agostinho Carlos Catella (EMBRAPA Pantanal); Srª. Flávia Metello de Figueiredo (INDEA/MT);  
37 Sr. Waldemar Pinheiro (pescador profissional); Sr. Lindemberg Gomes Lima (Assessor  
38 Parlamentar/MT); Sr. Jair Gerônimo de Souza (comerciante de produtos de pesca). A reunião  
39 foi aberta pelo Sr. Alex Sandro Antônio Marega e iniciou perguntando ao Conselho se tem  
40 alguma observação sobre requerimentos de urgência que tivessem fora da pauta, para ser  
41 inserido. A Ata da 4ª Reunião Ordinária, ocorrida no dia 08 de agosto de 2019, foi aprovada  
42 por unanimidade. Inicia-se a apresentação da Srª. Flávia Metello de Figueiredo, representante  
43 da Coordenadoria de Defesa Sanitária Animal do INDEA/MT, prestando esclarecimentos sobre  
44 a Comercialização de Animais Aquáticos. Ela apresenta informações relacionadas ao Programa  
45 Estadual de Sanidade Aquícola e reforça a importância do pescado comercializado passar por  
46 um processo de inspeção conforme IN 23 do MPA de 11/09. Foi abordada a definição de



## Governo do Estado de Mato Grosso

SEMA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente

GSEMA - Gabinete da Secretária

CEPESCA - Conselho Estadual de Pesca

47 Pescado, de acordo com o Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de  
48 Origem Animal (RIISPOA), com destaque ao disposto no Artigo 205 “Entende-se por pescado os  
49 peixes, os crustáceos, os moluscos, os anfíbios, os répteis, os equinodermos e outros animais  
50 aquáticos usados na alimentação humana”. Bem como o disposto no Parágrafo único, do  
51 mesmo artigo “O pescado proveniente da fonte produtora não pode ser destinado à venda  
52 direta ao consumidor sem que haja prévia fiscalização, sob o ponto de vista industrial e  
53 sanitário.” Foi abordado também, o disposto no Decreto nº 9.013, de 29 de março de 2017, o  
54 qual, regulamenta a Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, e a Lei nº 7.889, de 23 de  
55 novembro de 1989, que dispõem sobre a Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de  
56 Origem Animal – RIISPOA. Foram apresentadas também as Instruções Normativas referentes  
57 ao trânsito de pescado que amparam o transporte de animais aquáticos vivos e matéria-prima  
58 de animais aquáticos provenientes de estabelecimentos de aquicultura. Os membros  
59 participantes aproveitaram para dirimir dúvidas sobre o tema e também relataram sobre a  
60 dificuldade do pescador profissional para trazer o pescado para ser inspecionado, conforme  
61 reforçado pelo Sr. Lindembergue. O Sr. Waldemar Pinheiro complementa a importância de ter  
62 o apoio das colônias de pescadores nesta ação. A Srª. Julita chama a atenção para o incentivo à  
63 abertura de tanques de piscicultura, de forma desordenada, o que acaba agravando a  
64 dificuldade da inspeção e ainda acarreta outros problemas. Após todos os esclarecimentos, o  
65 Sr. Alex agradece a disponibilidade da Srª. Flávia em poder participar da reunião, prestando  
66 esclarecimentos sobre a norma vigente de sanidade aquícola. O Sr. Marcelo Vacchiano  
67 (Promotor) informa que precisará se ausentar da reunião e solicita uma manifestação técnica  
68 sobre o posicionamento do CEPESCA, em relação ao Projeto de Lei nº 668/2019,  
69 especificamente sobre a proibição do transporte de pescado abordado no referido Projeto de  
70 forma a subsidiar os encaminhamentos do Ministério Público em relação a este tema. O Sr.  
71 Alex solicita ao Conselho Pleno que se manifeste sobre esta solicitação. Após todas  
72 manifestações, ficou deliberado, por maioria, pela constituição de uma comissão. Tiveram  
73 votos contrários, as instituições: SEDEC, ASATEC e Segmento Turismo de Pesca Bacia Araguaia-  
74 Tocantins. A comissão será constituída pelos conselheiros: Sr. Claumir Muniz, Srª. Julita  
75 Duleba, Sr. Belmiro Lopes, Sr. Moacyr Carvalho, Sr. Tarso Lopes, Sr. Clodomir Ceolatto, Sr.  
76 Ricardo Carvalho e Sr. Luciano Silva. O Sr. Claumir será o coordenador desta comissão e o  
77 posicionamento do CEPESCA deverá ser em relação ao PL nº 668/19, considerando as  
78 discussões ocorridas no Conselho Pleno que resultaram na Minuta de Lei da Pesca  
79 anteriormente aprovada e consensuada pelo CEPESCA. O documento elaborado deverá ser  
80 apresentado na próxima reunião ordinária para aprovação em plenária. O Sr. Alex reforça que  
81 a Minuta da Lei da Pesca protocolada na Casa Civil, foi encaminhada via e-mail a todos os  
82 Conselheiros e que ela contempla todas as discussões referendadas pelo Conselho Pleno, bem  
83 como agrega as contribuições realizadas pela Sub-procuradoria Geral do Meio Ambiente. O Sr.  
84 Governador realizou ajustes e complementações nesta versão e protocolou na Assembleia  
85 Legislativa, o PL nº 668/19 como um Projeto do Executivo. O Sr. Jair, se manifesta  
86 representando os comerciantes de produtos da pesca, expondo os impactos negativos da  
87 adoção da cota zero sobre todas as pessoas que se relacionam com a atividade da pesca e  
88 informa que tem um abaixo-assinado com mais de 300 assinaturas de comerciantes e lojistas  
89 de produtos da pesca que se posicionam contrários ao Projeto cota Zero. Inicia-se a próxima  
90 pauta, Apresentação sobre “25 Anos do Sistema de Controle da Pesca de MS” pelo  
91 representante da EMBRAPA Pantanal, Agostinho Carlos Catella. Foram abordados os principais  
92 conceitos pertinentes à gestão dos recursos pesqueiros, enfatizando sua importância para



**Governo do Estado de Mato Grosso**  
**SEMA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente**  
**GSEMA - Gabinete da Secretária**  
**CEPESCA - Conselho Estadual de Pesca**

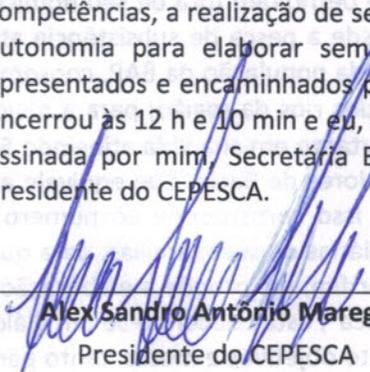
93 equilibrar a distribuição de oportunidades e de acesso dos diferentes usuários aos recursos  
94 pesqueiros. Foi explicado sobre o funcionamento do Sistema de Controle da Pesca de MS, com  
95 a finalidade de coletar informações sobre a pesca, analisar e disponibilizar para a sociedade a  
96 fim de contribuir para a gestão da atividade. O Sistema se iniciou em 1994 e reuniu até 2016  
97 181 mil registros de Guia de Controle de Pescado, sendo 135 mil registros da pesca amadora e  
98 46 mil registros da pesca profissional artesanal. Ele pontua que a pesca profissional e a  
99 amadora se encontram estáveis, em termos quantitativos de acordo com a observação do  
100 rendimento dos pescadores profissionais artesanais, em kg de pescado por pescador por dia, e  
101 a captura por pescador amador por viagem, em kg por viagem. E em termos qualitativos, as  
102 espécies de piracema foram mantidas de forma constante para ambas as categorias. Os dados  
103 analisados indicam que as medidas de ordenamento pesqueiro vigentes para a Bacia do Alto  
104 Paraguai, anteriores ao Decreto MS nº 15.166 de 21/02/19, estão contribuindo para a  
105 conservação dos estoques, apontando que o uso dos recursos pesqueiros vem ocorrendo de  
106 forma sustentável. Ele abordou também os fatores que atuam sobre os recursos pesqueiros,  
107 incluindo os fatores da pesca com as decisões da gestão e os fatores externos que podem ser  
108 de ocorrência natural ou antrópicos. Foram também apresentados dois estudos referentes à  
109 pesca incluídos no Projeto “Estudo de avaliação dos efeitos de empreendimentos hidrelétricos  
110 previstos RH Rio Paraguai” da Agência Nacional de Águas e Fundação Eliseu Alves, que está  
111 sendo realizado no período de 11/2016 a 05/2020 por diversas universidades e instituições de  
112 pesquisa. O primeiro foi o estudo de estatística pesqueira sobre a produção da pesca  
113 profissional artesanal da Bacia do Alto Paraguai (BAP), envolvendo tanto o Mato Grosso como  
114 o Mato Grosso do Sul. Nesse estudo, estimou-se em 5.079 o número de pescadores  
115 profissionais ativos filiados às colônias de pescadores da Bacia do Alto Paraguai em Mato  
116 Grosso, com uma média de 3,8 pessoas por família, o que implica em cerca de 19 mil e  
117 quinhentas pessoas diretamente dependentes da pesca. Ele apresentou, também, alguns  
118 resultados preliminares dos estudos de socioeconomia da pesca que estão sendo conduzidos  
119 pelos parceiros do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília. O  
120 estudo apresenta um conceito novo, a “pesca difusa”; refere-se à pesca praticada por  
121 pescadores amadores nativos, moradores da região que não pernoitam fora de seu domicílio,  
122 não são turistas. Esta pesca contempla um amplo leque desde a pesca de subsistência até a  
123 pesca por lazer. Os dados apontaram que em torno de 90 % da população da BAP, consomem  
124 peixe e que 72,5 % destas pessoas preferem comer peixes dos rios da região; para a maioria  
125 dos pescadores amadores moradores, a pesca é muito importante em sua vida atingindo 57,1  
126 % da população que pesca. Verificaram que 5,8% dos moradores da Bacia, que equivale a 61  
127 mil pessoas, pescam diariamente ou quase todos os dias. Isso corresponde ao número de  
128 pessoas que pescam para conseguir a proteína da refeição diárias de suas famílias, para quem  
129 a pesca representa segurança alimentar e renda indireta. Por fim, ele propõe a elaboração de  
130 um “Plano de Manejo Adaptativo e Compartilhado para a Pesca”, estabelecendo-se um diálogo  
131 entre gestores e os diferentes usuários, definindo em conjunto objetivos e metas, tanto para a  
132 pesca amadora quanto para a profissional, de modo que gestores e atores deverão  
133 compartilhar a responsabilidade pelo uso e conservação dos recursos pesqueiros de forma a  
134 tomar decisões embasadas nos conhecimentos disponíveis em relação ao ordenamento dos  
135 recursos pesqueiros por bacia hidrográfica, definindo normas ágeis que podem ser revisadas  
136 sempre que necessário. Ele pontua que a estrutura do CEPESCA permite a realização de um  
137 Plano de Manejo Adaptativo e Compartilhado. Após a apresentação foram esclarecidas  
138 algumas dúvidas do Conselho Pleno. O Sr. Alex parabeniza e agradece pelas contribuições

GRP



**Governo do Estado de Mato Grosso**  
**SEMA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente**  
**GSEMA - Gabinete da Secretária**  
**CEPESCA - Conselho Estadual de Pesca**

139 repassadas. A próxima pauta refere-se à apresentação sobre necessidade de elaboração de  
140 “Termo de Referência de Consulta Prévia e Informada” e o “Plano para Gestão de Riscos de  
141 Desastres ao Patrimônio Cultural”, referentes as pescas artesanal, tradicional e de subsistência  
142 na Bacia do Alto Paraguai e Sub-Bacia do rio Juruena – rio Arinos, nos processos de  
143 licenciamento ambiental de empreendimentos hidrelétricos realizada pelo Sr. Luciano Silva da  
144 Associação Xaraiés. Ele informa as palestras apresentadas no seminário ocorrido, no dia  
145 anterior, sobre “Complexos Hidrelétricos, Licenciamento Ambiental e Estoques Pesqueiros:  
146 impactos sobre as pescas artesanal, tradicional e de subsistência na Bacia do Alto Paraguai e  
147 Sub-bacia do rio Juruena e rio Arinos”. Diante das discussões ocorridas no seminário, solicita  
148 que o CEPESCA constitua um grupo de trabalho para elaboração de Termo de Referência de  
149 Consulta Prévia Informada para acompanhar os impactos das usinas hidrelétricas sobre os  
150 estoques pesqueiros. Ele reforça que as comunidades ribeirinhas estão sendo impactadas pela  
151 instalação das usinas hidrelétricas ocorrendo uma violação aos direitos humanos em  
152 desrespeito ao estabelecido pela Convenção nº 169 da OIT (Organização Internacional do  
153 Trabalho). Ele pontua a necessidade de intensificar a busca de informações organizando um  
154 segundo seminário sobre este tema, convidando o Ministério Público Estadual e Federal para  
155 apresentarem quais são os casos judicializados, bem como, convidar as instituições que  
156 participam do licenciamento ambiental e os técnicos envolvidos na área da tecnologia de  
157 informação para que sejam tomadas medidas preventivas em casos de prováveis acidentes em  
158 empreendimentos hidrelétricos. Ele sugere que o próximo seminário ocorra em outubro/2020  
159 com o título: “Governança sobre territórios de pesca tradicional profissional, povos e  
160 comunidades tradicionais da pesca” e que ele tenha a chancela do CEPESCA. Ao finalizar sua  
161 fala, estende o convite para o seminário que ocorrerá no dia seguinte, intitulado “A  
162 Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial dos Pescadores e Pescadoras Artesanais  
163 Tradicionais de Cáceres” no Parque Massairo Okamura em Cuiabá. O Presidente parabeniza  
164 pela iniciativa de organização de seminários, os quais possibilitam o aprofundamento das  
165 discussões, no entanto, solicita que não seja utilizado o nome do CEPESCA como organizador  
166 de forma a evitar constrangimentos jurídicos, considerando que não está no seu rol de  
167 competências, a realização de seminários. Ele reforça que todas as entidades conselheiras têm  
168 autonomia para elaborar seminários e posteriormente trazer os resultados para serem  
169 apresentados e encaminhados pelo Conselho Pleno. Nada mais havendo a declarar a reunião  
170 encerrou às 12 h e 10 min e eu, Gabriela Rocha Priante Teles de Ávila, lavrei esta ATA que será  
171 assinada por mim, Secretária Executiva do Conselho Estadual de Pesca – CEPESCA e pelo  
172 Presidente do CEPESCA.

173  
174  
  
**Alex Sandro Antônio Marega**  
Presidente do CEPESCA

  
**Gabriela Rocha Priante Teles de Ávila**  
Secretária Executiva do CEPESCA